



# EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP № 039/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO №. 120/2022

#### **PREÂMBULO**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ**-**RR**, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMC, no uso de suas atribuições realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julhode 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

#### LOCAL, DATA E HORÁRIO DA ABERTURA

A abertura do certame será no dia, hora e local abaixo indicado:

**DATA**: 23/12/2022

HORA: 10h00min (horário de Brasília)

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/

CÓDIGO UASG: 980028

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, através de Pregão Eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 A licitação será dividida em GRUPOS, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
- 1.3 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR GRUPO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

# 2. DO REGISTRO DE PREÇO

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.





- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.2. Os artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº. 123/2006 beneficia um tratamento diferenciado para as ME/EPPs nas contratações públicas. É possível verificar que o objetivo dessa concessão possui uma função social, já que busca a promoção do desenvolvimento econômico e social, ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. Contudo, considerando o inciso III do artigo 49 da referida Lei, quando o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPPs não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, além das questões de garantia e suporte técnico, inviabiliza-se a exclusividade restritiva somente para esse grupo de licitantes e justifica-se a ampliação da competitividade para o objeto.
- 4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

#### 4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 4.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;





- 4.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.4.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.4.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº. 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- 4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.5.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.





- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº. 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor Unitário e Total por Item bem como o Valor Total do grupo, e valor por extenso do grupo.
- 6.1.2. A descrição e quantidades a serem adquiridos deverão estar de acordo com as informações descritas conforme anexo I, deste Edital;
- 6.1.3. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste edital e seus anexos. Em caso de divergência entre as especificações descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT) do sistema eletrônico e as especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I prevalecerão as especificações do TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.
- 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, conforme a descrição do objeto e relação de itens constantes das especificações do termo de referência anexo ao edital, contendo obrigatoriamente a **INDICAÇÃO DA MARCA /MODELO** (a não indicação da marca e modelo invalidará a proposta).
- 6.1.5. A licitante DEVERÁ apresentar junto das propostas os catálogos técnicos/folders/ portfolio, com todas as características técnicas (em língua Portuguesa ou traduzido), de todos os produtos ofertados a fim de verificação da similaridade e qualidade do objeto ofertado, para que possa ser analisado pelo interessado. Será desclassificada a propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e Termo de Referência.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





# 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. Que não apresentarem marca e modelo.
- 7.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor Total do ITEM/GRUPO, conforme o caso.
- 7.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).
- 7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





- 7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço POR GRUPO, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.





- 7.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei federal nº. 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.28. no país;
- 7.29. por empresas brasileiras;
- 7.30. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.31. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.32. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.33. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.34. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.35. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.36. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.37. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.3. **Será desclassificada** a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha





estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 8.4. Caso a proposta vencedora possua itens com preços inferiores a 50% do estimado no Termo de Referência, a empresa deverá apresentar documento que comprove a viabilidade do preço ofertado, conforme disposto no art. 48, inciso II, da Lei nº 8666/93, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5. A Exequibilidade da proposta, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a), deverá ser comprovada no prazo máximo de **2 (duas) horas** pela empresa licitante, mediante apresentação de planilha de composição de custos unitários, notas fiscais de vendas e/ou notas fiscais de compras dos produtos/serviços, emitidas no presente exercício, com datas anteriores à abertura do certame, cuja soma apresentem quantitativos não inferiores a **10%** (dez por cento) do total estimado.
- 8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes,
- a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.





# 9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<u>www.portaldatransparencia.gov.br/ceis</u>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União TCU(https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:);
- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;





- 9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. **Se o licitante for a matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, **e se o licitante for a filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
  9.6.2.
- 9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### 9.8. Habilitação jurídica:

- 9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;





- 9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; 9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### 9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; atualizado, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.
- 9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 9.10. Qualificação Econômico-Financeira.

- 9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do seu prazo de validade. As certidões que não constarem o prazo de validade expressamente, serão consideradas válidas quando o prazo não for superior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão.
- 9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhado da respectiva Certidão de Regularidade do Contador competente perante o CRC ou emitida eletronicamente via internet, com validade na data do certame, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por





balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

- 9.10.3. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 9.10.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade; é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 9.10.5. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 9.10.6. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

9.10.7. As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem apresentarem o Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado.

#### 9.11. Qualificação Técnica

- 9.11.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove aptidão da licitante para desempenho em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, na forma do art.30, II, da Lei nº 8.666/93.
- 9.11.2. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera-se compatível o Atestado que expressamente certifique que a empresa já forneceu ou esteja fornecendo os materiais objeto do certame.
- 9.11.3. Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá constar o reconhecimento de firma em cartório do titular da empresa que firmou a declaração.
- 9.11.4. O (s) Atestado (s) deverá (ão) comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazo e quantidade com o objeto da licitação.





- 9.11.5. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, contendo o devido timbre da pessoa jurídica que o forneceu, conforme estabelece este Edital, é motivo de **inabilitação**, a critério do pregoeiro.
- 9.11.6. A prefeitura se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou notas fiscais de vendas e/ou notas fiscais de compras dos produtos/serviços, emitidas no decorrer da validade do contrato, com datas anteriores à abertura do certame outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.
- 9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.





9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

#### 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2** (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como descrição, medidas, e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei Federal nº. 8.666/93).
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

#### 11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.





- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura,





mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

- 15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitantevencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaremcotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 16.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade paraa assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que sejaassinado ou aceito no **prazo de 05** (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 16.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 16.2.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 1993;
- 16.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 16.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 16.3. O prazo de vigência da contratação será conforme estabelecido no Termo de Referência, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 16.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, eo fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 16.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.





- 16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contratoou a ata de registro de preços.

#### 17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

#### 18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

# 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### 20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

#### 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 21.1.3. apresentar documentação falsa;
- 21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6. não mantiver a proposta;
- 21.1.7. cometer fraude fiscal;
- 21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;
- 21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.





- 21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 21.4.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos:
- 21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº. 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999
- 21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.





#### 22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreton° 7.892/213.

# 23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2. **A impugnação** poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo **e-mail: cplcanta2124@gmail.com**, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Rua Francisco Alves Gondim, S/N°, Centro CANTÁ RR, na sala da Comissão Permanente de Licitação CPL/PMC, somente no horário das 07:30min. às 13:30min.
- 23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, **decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização docertame.
- 23.5. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão serenviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicadono Edital.
- 23.6. O pregoeiro **responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.





# 24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

- 24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico https://www.comprasgovernamentais.gov.br e https://transparencia.canta.rr.gov.br/dados-editais/, ou quando solicitado através do e-mail: cplcanta2124@gmail.com; e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Francisco Alves Gondim, S/N°, Centro CANTÁ RR, nos dias úteis, no horário das 07:30 horas às 13:30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.12.1. ANEXO I Termo de Referência.
- 24.12.2. ANEXO II- Minuta de Ata de Registro de Precos.
- 24.12.3. ANEXO III Minuta de Contrato.
- 24.12.4. ANEXO IV Formulário para Informações do Contrato.
- 24.12.5. ANEXO V Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 24.12.6. ANEXO VI– Modelo de Proposta de Preços.

Cantá/ RR, 06 de dezembro de 2022.

#### BRUNNO HENRIQUE DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA

Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMC Decreto nº 103/2022





# ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO

#### OBEJTO

O presente Temo de Referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, conforme especificado no ANEXO I deste Termo de Referência e seus Anexos.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA.

Faz-se necessária a aquisição destes materiais permanentes, haja vista a necessidade de otimização do espaço físico funcional da Secretaria de Educação e também nos eventos promovidos pela mesma, fornecendo aos servidores e alunos a adequação de melhor conforto no ambiente de trabalho. Os móveis existentes se encontram danificados ou não promovem o conforto básico para que os utilizam, sendo assim essencial a aquisição destes materiais para o desempenho do trabalho e bem-estar dos servidores e alunos.

#### 3. DO VALOR ESTIMADO

a) O valor máximo estimado para a licitação deve ser de R\$ 3.363.636,27 (três milhões, trezentos e sessenta e três mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos) conforme planilhas orçamentárias anexadas ao presente Termo de Referência.

#### 4. DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

- a) As despesas decorrentes para a contratação de Empresa para prestação dos serviços/Fornecimento constantes deste Termo de Referência, correrão à conta dos recursos próprios da SEMEC, consignados no Orcamento da Prefeitura para o exercício de 2022.
- b) A realização da despesa decorrente desta futura contratação deverá ser observada o disposto na \$ 2, do Art. 7° do DECRETO N° 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013.
- c) Em exercícios futuros, as despesas com a eventual aquisição do objeto deste Termo de Referência, correrão a conta de dotações orçamentarias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

# 5. DA MODALIDADE LICITATÓRIA DOS DOCUMENTOS DE HABITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇO.

- a) Quanto a modalidade licitatória, esta será definida pelo ordenador de despesa da companhia, o entanto sugere- se a aplicação do Pregão Presencial (Lei 10.520/2002) sob procedimento de Sistema de Registro de Preço- SRP, regulamentado pelo Decreto Presidencial 7.892/2013, tendo em vista ser a modalidade utilizada neste tipo de Contratação atualmente pela administração pública e atender
- b) as necessidades do presente Termo de Referência. Aplica- se ao pregão, subsidiariamente, o regramento disposto na Lei n' 8.666/93.





- c) Para a presente licitação, sugerimos que seja adotado o critério de julgamento de "MENOR PREÇO POR LOTE".
- d) Os Licitantes deverão apresentar preço unitário e global bruto por lote para a prestação dos serviços/fornecimentos elencados no anexo I deste Termo de Referência,
- e) Deverão ser incluídos no preço todos os custos e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes de todos os serviços propostos, incluindo despesas com viagens, transporte e hospedagem de Operador de equipamento, encargos trabalhistas e previdenciários, impostos, taxas, assim como qualquer custo ou despesa ou encargo decorrentes da prestação dos serviços ora licitados.
- f) O agrupamento visará tornar o preço mais atraente e compensatório em termos logísticos ao fornecedor, fomenta a disputa e amplia o número de interessados na licitação; e, finalmente, considerando, dentro de uma possível e maior aproximação da padronização dos mobiliários por ambiente.
- g) A disputa por agrupamento evita ainda que licitantes que vençam apenas um item (na licitação por itens) demonstrem desinteresse no atendimento de algum item e prejudiquem o atendimento (finalidade) do requisitante.

# 6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA,

Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante exercido satisfatoriamente serviços semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação.

#### 7. DA VIGÊNCIA

- a) O prazo de vigência do contrato a ser celebrado entre as partes, para o fornecimento descrito no anexo I deste termo de referência, será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato;
- b) Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do Ar. 65 da Lei n 8.066/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

#### 8. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante e as justificativas adequadas a situação.

#### 9. DA PRORROGAÇÃO

Poderá ser prorrogado de acordo com o interesse e a necessidade da Administração, mediante Temo Aditivo, e com as devidas justificativas, amparado no art. 57, II da Lei n°.8666/93

#### 10. DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão do contrato ocorrera motivadamente e com fundamento nos artigos 77 e 78 da Lei n' 8.666/93, e se dará com observância nos artigos 79 e 80 da mesma norma;





- 10.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimado.
- 10.3. No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, que após formalmente intimada, terão prazo decadencial de 05 (cinco) dias úteis para manifestação.

# 11. CONDIÇÕES PRAZOS E ACEITAÇÃO PARA O RECEBIMENTO DO OBJETO

- 11.1. Os fornecimentos dos produtos registrados em ata serão solicitados de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação, a partir da emissão de Ordem de Fornecimento OF, devendo ser entregues dentro dos prazos e condições estabelecidas no local indicado pela contratante, de acordo com os quantitativos e valores unitários registrados. A solicitação para o fornecimento dos itens descritos no anexo I deste Termo de Referência, respeitados seus quantitativos máximos registrados em ata, será feita de acordo com a necessidade da Secretaria e unidades municipais de ensino, através da emissão de Ordem de Fornecimento OF, expedida pelo Secretário Municipal, e entregue ao fornecedor, em seus respectivos estabelecimentos comerciais, o qual deverá providenciar a entrega dos serviços imediato, sob pena de aplicação das penalidades fixadas em contrato e o cancelamento do registro de preços
- 11.3 Além das especificações dos produtos constantes neste termo de referência, deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento do objeto a ser licitado:
- 11.4 Não serão aceitos produtos com especificações diferentes ou qualidade inferior ao constante no Termo de Referência, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.
- 11.5 Os quantitativos registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que efetiva solicitação dos produtos, e o consequente pagamento, dependerão da real necessidade da secretaria Municipal Educação da Prefeitura Municipal de Cantá-RR.
- 11.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a contratar, sendo que as solicitações se darão de acordo com as necessidades da Secretaria, respeitados os prazos de vigência da Ata de Registro de Preços e do eventual Contrato Administrativo, assegurada preferência ao fornecedor em caso de aquisição.

#### 12. DAS GARANTIAS DO OBJETO

As garantias dos produtos será, no mínimo de 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo. Respondem pela validade do objeto, o fabricante dos produtos.

#### 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1 Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a CONTRATADA a envidar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, assim come executar os serviços contratos de acordo com as especificações constantes neste termo de referência, consoante estabelece a Lei 8.666/93, obrigando-se ainda a:
- 13.2 Cumprir fielmente o estabelecido no Temo de Referência e Edital do certame;





- 13.3 Manter, durante o fornecimento do objeto do Termo de Referência e deste Edital, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.4 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso as dependências da CONTRATANTE;
- 13.5 Acatar as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas desde que pertinentes ao objeto do contrato,
- 13.6 Prestar as todas informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, desde que pertinente ao objeto do contrato
- 13.7 Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
- 13.8 Fica expressamente vedada a terceirização, no todo ou em parte, do objeto do contrato, devendo sempre serem realizados pela equipe de profissionais da CONTRATADA.
- 13.9 Entregar os produtos licitados no local e prazo estabelecidos no edital, no termo de referência e no contrato, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias corridos da data da retirada/recebimento da nota de empenho ou Ordem de Fornecimento,
- 13.10 No caso do não cumprimento do prazo estipulado para o fornecimento dos produtos, poderá haver aplicação de multa contratual por parte da CONTRATANTE,
- 13.11 Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços da PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas no fornecimento;
- 13.12 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação especifica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou prepostos alocados a execuça0 do objeto deste Edital, no fornecimento do objeto ou em conexão com estes, ainda que verificados nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ:
- 13.13 Pagar os salários devidos aos seus empregados e todos os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e quaisquer outras despesas, incidentes sobre o objeto deste Edital,
- 13.14 Atender, por meio do preposto nomeado, qualquer solicitação por parte dos gestores do contrato, prestando as informações referentes ao fornecimento dos bens, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado,
- 13.15 O produto a ser fornecido pela licitante vencedora deve apresentar embalagem em bom estado, sem avarias, ou qualquer tipo de defeito e/ou que comprometa o produto.

#### 14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, Verificar minuciosamente, a conformidade os serviços executados com as especificações constantes na proposta da licitante vencedora.
- 14.2 Comunicar à Contratada, por escrito, má execução dos serviços, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido,





- 14.3 Aplicar à Contratada as penalidades cabíveis, tomando-a a inapta para concorrer a licitações públicas;
- 14.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado,
- 14.5 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 14.6 Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos) serviço (s).
- 14.7 Efetuar o pagamento à(s) empresa(s) vencedora(s) no prazo estipulado neste edital.
- 14.8 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a(s) empresa(s) executar(em) fora das especificações do Edital.

#### 15. DAS PENALIDADES

- 15.1 O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, sujeitará às sanções previstas na lei em vigência, garantida previa e ampla defesa em processo.
- 15.2 A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral e de outras sanções previstas na Lei em vigência, as sanções administrativas previstas nas seguintes hipóteses:
- 15.3 Advertência por escrito, 5% (cinco por cento) sobre o valor da Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços, por atraso na execução do objeto contratual quando superior a 10 dias, contados a partir da data de entrega da ordem de fornecimento emitida pela secretaria de educação;
- 15.4 15 % (quinze por cento), sobre o valor contratado, em caso de recusa da CONTRATADA em assinar o contrato, dentro de 05 (cinco dias) uteis, contados data de sua convocação;
- 15.5 5% (Cinco por cento) sobre o valor do empenho, por atraso na execução do objeto contratual quando superior a 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho do Contrato não realizado, no caso de:
- a) Atraso superior a 30 (trinta) dias, no cumprimento das obrigações pactuadas no contrato;
- b) Desistência do contrato;
- c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho, caso a CONTRATADA venha a dar causa à rescisão contratual, sem prejuízo das ações cíveis ou criminais aplicáveis à espécie.
- 15.6 A penalidade estabelecida no item 14.3, poderá ser suspensa em face de casos fortuitos, ou de força maior, desde que devidamente justificado e comprovado;
- 15.7 A Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a CONTRATANTE por um período não superior a 02 (dois) anos,
- 15.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PMC enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido prazo da sanção aplicada com base no item anterior.





- 15.9 As sanções previstas, no subitem 13.2, poderão ser aplicadas em conjunto com as demais sanções, facultada a defesa previa do interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias uteis;
- 15.10 Valores das multas referidas nesta Cláusula serão descontados de qualquer fatura ou crédito da CONTRATADA em favor do CONTRATANTE, e
- 15.11 As penalidades estabelecidas neste item poderão ser suspensas em face de casos fortuitos, ou de força maior, desde que devidamente justificadas e comprovadas.

#### 16. DO REAJUSTE

- 16.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite da apresentação das propostas.
- 16.2 Reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no na lei em vigência.

#### 17. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e temo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para ajusta remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da lei em vigência.

#### 18. DO PAGAMENTO

Pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, quando for aplicável ao caso e, acompanhada das seguintes certidões abaixo relacionadas:

- a) Nota Fiscal e/ou Fatura dos Documentos do(S) produto(S) entregue(s), acompanhadas das respectivas Notas de Fornecimento,
- b) Prova de Regularidade com o FGTS CRE -Certidão de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal dentro de seu período de validade;
- c) Prova de Regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- d) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011), em validade.
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto Federal n° 5.512 de 15/08/2005, admitindo-se que seja emitida via Internet, no original, em validade,
- f) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei n° 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do proponente, em Validade;





- g) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas- CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<u>www.portaldatranparencla.gov.br/ceis</u>);
- h) Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Atos de improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cni.Jus.br/improbidade\_adm/consultar requerido.php),
- i) Lista de Inidóneos, mantida pelo tribunal de Contas da União TCO;
- j) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário e por força do artigo 12 da Lei n° 8429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário,
- k) As certidões emitidas e entregues deverão estar válidas na data da nota fiscal apresentada.

## 19. DOS ACRÉSCIMOS E SUCESSÕES

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que fizerem nos itens contratado em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, inciso II, S1° da Lei 8.666/93.

# 20. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- 20.1 A contratação será executada sob acompanhamento e fiscalização de servidor designado por meio de Portaria que, entre outras atividades, se incumbirá de receber e atestar as faturas, observar o fiel cumprimento da contratação, bem como anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à apuração das faltas ou defeitos observados.
- 20.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n° 8.666, de 1993.
- 20.3 Quando as decisões e as providências ultrapassarem a sua alçada de competência deverá a Administração, solicitar aos seus Chefes imediatos, em tempo hábil, a adoção das medidas necessárias.

#### 21. DA PUBLICAÇÃO

A PMC providenciará a publicação do contrato, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da lei em vigência, bem como no portal de transparência.

#### 22. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Boa vista Roraima, para dirimir quaisquer demandas judiciais relativas ao cumprimento do instrumento contratual.





# 23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) O presente Termo de Referência fara parte integrante do Processo Licitatório, na modalidade escolhida a ser adotada pelo ordenador de despesa da Prefeitura, independentemente de transcrição de prazo; e facultada à CPL/CANTÁ e/ou a autoridade superior competente, em qualquer fase do processo licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo.
- b) O objeto descrito neste Termo de Referência, será solicitado mediante Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços, conforme as necessidades desta Prefeitura;

Cantá-RR, 29 novembro de 2022

Elaborado por:

IGOR RODRIGUES NASCIMENTO
Assessor Técnico
Decreto:

De acordo:

KENNEDY LEITE DA SILVA Secretário Municipal de Educação Decreto № 197/2021



# ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA **RELAÇÃO DE ITENS E ESTIMATIVA DE CUSTO**

	LOTE I – MATERI			ITÓRIO (2	1 ITENS)	
SEQ.	DESCRIÇÃO	UNID.	REFERENCIA DE PREÇO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
001	Mesa dinâmica com gaveteiro lateral 2-gav/1 porta pasta/1-porta medindo aproximadamente 1900x1600x735 cor marrom ou preta. Produzido em Material tamburato ou mdf.	Unid.	Banco de Preços	4	R\$ 1.957,68	R\$ 7.830,72
002	POLTRONA PRESIDENTE: CADEIRA COM MOLAS ENSACADAS NO ASSENTO. Revestimento do assento e encosto em courvim 100% pvc, assento e encosto modelo concha única presidente com madeiras compenssadas e pinus com espumas laminadas com densidade d-26. Base estrela 5 patas cromada com rodizio em nylon. Mecanismo giratório com regulagem de altura. Mecanismo de inclinação assento e encosto com regulagem de tensão. Braços fixos em alumínio com apoio revestido em courvim 100% pvc. Medidas aproximadas : ASSENTO Largura: 50,0 cm Profundidade: 50,0 cm Espessura: 13,0 cm ENCOSTO Largura: 50,0 cm Altura: 70,0 cm Espessura: 13,0 cm DIMENSÕES E PESO Altura do Piso ao Assento: 52,0 cm minimo - 62,0 cm máximo. Altura total: 114,0 cm mínimo - 124,0 cm máximo.	Unid.	Banco de Preços	10	R\$ 2.766,60	R\$ 27.666,00



	,	1	<u> </u>		Г	T
	Altura do braço ao chão: 68,0					
	cm minimo - 78,0 cm máximo.					
	Medidas aproximadas da					
	cadeira montada : 50,0 cm x					
	76,0 cm (L x P)					
	Peso Máximo Suportado:					
	110kg					
	Cor preta.					
	POLTRONA DE ESCRITÓRIO					
	FIXA:					
	Revestimento: Tecido					
	Peso suportado: 120 kg.					
	Costura: Artesanal					
	Cor: preta					
	Altura chão a parte superior do					
	encosto: 105 cm					
	Assento ao chão: 45 cm.					
003	Revestimento: Costura no	Unid.	Banco de	50	R\$ 1.213,43	R\$ 60.671,50
	assento e encosto feitos de		Preços		,	,
	forma artesanal.					
	Assento:					
	Largura: 49 cm X					
	Profundidade: 46 cm X					
	Espessura:10cm					
	Encosto: telado					
	Largura: 500cm X Altura: 50					
	cm X Espessura: 9 cm					
	Cor: preto.					
	SOFÁ PESO: COR PRETO,					
	MATERIAL VINIL, PESO 45KG					
	ou superior,.os cabamentos					
	serão metálicos cromados					
	.Assento Estrutura interna					
	composta de multilâminas de					
	madeira de no mínimo 1,5					
	mm, garantindo maior		D			
004	resistência de tal forma a	Unid.	Banco de	15	R\$ 2.338,59	R\$ 35.078,85
	suportar adequadamente o		Preços		N3 2.338,33	1,5 33.070,03
	peso de uma pessoa obesa,					
	moldada anatomicamente,					
	com espessura mínima de					
	12mm. Estofado em espuma					
	de poliuretano injetado,					
	moldado anatomicamente,					
	com alta resistência à					
	propagação de rasgos, alta					



				I	T	<u> </u>
	tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. O estofado deverá ter densidade mínima de 50 kg/m3 e espessura mínima de 50 mm. Revestimento em tecido 100% poliéster, apresentando boa classificação nos quesitos abrasão, pilling, flamabilidade, tração e alongamento. Encosto com estrutura interna em aço ou madeira, moldado anatomicamente, com espessura compatível. Estofado em espuma de poliuretano injetado, moldado anatomicamente, com alta resistência à propagação de rasgos, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa					
005	deformação permanente.  ARMARIO ALTO 02 PORTAS: Cor: Marrom Material da Estrutura: tamburato Acompanha Manual de Instalação: Sim Medidas aproximadas: Altura: 141 cm Largura: 91 cm Material tamburato, porta em mdf. Profundidade: 45 cm	Unid.	Banco de Preços	50	R\$ 1.956,52	R\$ 97.826,00
006	Cadeira escritório - Cadeira Escritório Material Estrutura: Aço, Material Revestimento Assento E Encosto: Couro Sintético , Material Encosto: Tela 100% Poliéster , Material Assento: Polipropileno Injetado , Tratamento Superficial Estrutura: Pintura Em Epóxi ,	Unid.	Banco de Preços	100	R\$ 832,48	R\$ 83.248,00



	<u></u>				<u> </u>	
	Tipo Base: Giratória , Tipo Encosto: Médio , Apoio Braço: Com Braços Reguláveis , Cor: Preta , Tipo Sistema Regulagem Vertical: A Gás , Quantidade Pés: 5 U					
007	MESA REUNIAO RETANGULAR Tampo e laterais em Tamburato de 50mm de espessura.  Sapatas com regulagem de altura, para não riscar o chão e corrigir desníveis do piso. Acabamento em BP, de longa duração e fácil limpeza. Resistentes bordas de PVC. Dimensões aproximadas (A x L x P): 75 x 204,2 x 90,5 cm (Produto Montado) Peso aproximadamente: 57 Kg.  Cor marrom.	Unid.	Banco de Preços	10	R\$ 2.071,28	R\$ 20.712,80
008	Cadeira giratória com apoio para os pés embutidos, Espuma injetada anatomicamente com 45mm de espessura, Base giratória com aranha de 5 hastes de aço com sapata, Mecanismo com Back Sistem, sistema reclinador do encosto (SRE), permitindo regulagem de altura do encosto automática através de catraca em 12 posições e inclinação do encosto em infinitas posições, capacidade de carga de no mínimo 100kg.	Unid.	Banco de Preços	10	R\$ 581,08	R\$ 5.810,80
009	BALCAO ATENDIMENTO EM FORMATO DE "L". BALCÃO DE ATENDIMENTO EM 25MM • Produzido em tamburato com revestimento em melamínico. • Espessura: em 25mm maciço.	Unid.	Banco de Preços	5	R\$ 4.778,00	R\$ 23.890,00



				ı		,
	Altura em de no mínimo 1,10cm, Comprimento de um lado de 1,10 cm e outro lado de 1,80 cm Com prateleira na parte interna • Capacidade: 100kg distribuídos. Cor marrom  BANCADA INICIAL DUPLA COM TOMADAS 1200MM e passagem interna de cabos, sendo 04 tomadas elétricas e		Banco de			
010	02 tomadas p/telefone RJ11 Dimensões: 1.200 X 1.200 X 745 Cor marrom ou preto.	Unid.	Preços	15	R\$ 7.233,33	R\$ 108.499,95
011	Mesa retangular para escritório com Tampos engrossurados de 30mm e laterais em 25mm. Acabamento: BP; Altura: 73 cm; Cor: preto ou marrom; Escala de Brilho: Semi-Brilho; Formato: Retangular; Largura: 120 cm; Material Principal: MDF; Origem do Produto: Nacional; Peso: 26 kg; Profundidade: 60 cm; Sapatas Niveladoras: Sim; Sistema de Montagem: parafusos e cavilhas; Suporta Até (kg): 21 kg;	Unid.	Banco de Preços	50	R\$ 1.528,35	R\$ 76.417,50
012	MESA APOIO TAMPO REDONDO produzido em material tambuarato - Tampo redonda de 1,20x 1,20 x 75 cm (comprimento x largura x altura), sobreposto à estrutura, em MDF de alta densidade, espessura maior ou igual 25mm, revestido na face superior e inferior com laminado melamínico e bordas arredondadas com curvatura	Unid.	Banco de Preços	20	R\$ 819,04	R\$ 16.380,80



	,				T	
	de 180º em PVC na cor marrom. Estrutura tubular com tratamento de fosfatização, acabamento em pintura eletrostática com tinta epóxi, com sapatas niveladoras de piso.					
013	Móvel, armário de arquivos lateral, carrinho de trabalho com mínimo de duas gavetas de armazenamento em 4 rodas, suporte de carrinho de mesa lateral para computador para escritório, preto, dois compartimentos para arquivos.  Dimensões do produto 59.99 x 39.98 x 68.48 cm; 17.75 Quilogramas aproximadamente.	Unid.	Banco de Preços	30	R\$ 857,15	R\$ 25.714,50
014	ARMÁRIO BAIXO FECHADO Produzido em material tamburato com revestimento em melamínico. Medidas aproximadas: A 74 x L 80 x P 42,. Tampo Superior: em 15mm engrossado nas bordas para 40mm. Laterais, prateleiras e fundo em 15mm de espessura. no mínimo 01 prateleira interna, deixando 2 vãos para uso. Com 3 portas. Posição da prateleira contém furos para regulagem de altura. Fechadura com duas chaves. Sapatas com regulagem interna de desnível de piso. Cor marrom.	Unid.	Banco de Preços	30	R\$ 1.663,36	R\$ 49.900,80
015	Armário estante; Altura: 1180 mm; Largura: 640 mm; Profundidade: 360 mm; Duas Portas; 3 Prateleiras; Produzido em material	Unid.	Banco de Preços	50	R\$ 1.348,00	R\$ 67.400,00

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL/PMC** Endereço: Rua Francisco Alves Gondim, s/ n°, Centro, Cantá-RR - CEP: 69.390-000 E-mail: <a href="mailto:cplcanta2124@gmail.com">cplcanta2124@gmail.com</a>



	1				T	
	tamburato; Acabamento em					
	Pintura UV, cor marrom.					
016	Pintura UV, cor marrom.  Gaveteiro 4 Gavetas com Rodízios e Chave Office Móveis Acabamento : Pintura UV Acabamento da Gaveta : Pintura Texturizada UV Altura : 69 cm Altura dos Pés : 7 cm aterial da Gaveta : MDP Material do Puxador da Gaveta : Plástico Material dos Pés : Polipropileno Origem do Produto : Nacional Peso : 14,5 kg Peso Máximo por Gaveta : 3 kg Possui Gavetas : 04 Profundidade : 36 cm Sistema de Montagem : Parafusos, Cavilhas e girofix Suporta Até (kg) : 20 kg Tipo de Corrediça da Gaveta : Metálica Simples Tipo de Puxador da Gaveta :	Unid.	Banco de Preços	30	R\$ 829,13	R\$ 24.873,90
017	Externo Cor marrom  MESA REUNIAO 3mx1.10mx770mm COM 3 TOMADAS, com regulagem para não riscar o chão, NA COR PRETA OU MARROM Altura (cm): 77 ou superior -Largura (cm): 1,1m ou superior -Comprimento (cm): 3m ou superior	Unid.	Banco de Preços	10	R\$ 2.924,80	R\$ 29.248,00
018	Cadeira caixa giratória com apoio para os pés embutidos, Espuma injetada anatomicamente com 45mm de espessura, Base giratória com aranha de 5 hastes de aço com sapata, Mecanismo com Back Sistem, sistema reclinador do encosto (SRE),	Unid.	Banco de Preços	20	R\$ 859,26	R\$ 17.185,20



m C P P	Laminado Melamínico, Material: Madeira Tamburato, Altura: 1.200 MM, Aplicação: Call Center, Curvatura Lateral: 90 GRA, Cor: branca ou marrom, Tipo: Individual, Características Adicionais: Painel Alto, Tampo Com Furo Para Passagem De Fiação, sem parafusos a mostra, Profundidade: 900 MM.	Unid.	Banco de Preços	20	R\$ 767,41	R\$ 15.348,20
ta 9 Li N A	Call center individual camanhos aproximados 95x70x117 Revestimento:					
D20 ta	Mesa de reunião de 8 lugares Estrutura em alumínio com pintura eletrostática e proteção uv, tampo em ramburato. Medida da mesa: 220 x 1 00 cm cor preta ou marrom Altura de 70 cm ou superior	Unid.	Banco de Preços	5	R\$ 1.994,43	R\$ 9.972,15
B co N p e O19 to ir n a	Bancada dupla com divisória, com tampo confeccionado em MDF ou tamburato de 40mm, pé painel de 25mm, 2 tomadas elétricas, 1 tomada para elefone RJ11, passagem nterna de cabos, sapatas niveladoras com regulagem de altura.  1200 (L) x 600 (P) x 730 (A) 1400 (L) x 600 (P) x 730 (A)	Unid.	Banco de Preços	20	R\$ 3.202,88	R\$ 64.057,60
a a p e	permitindo regulagem de altura do encosto automática através de catraca em 12 posições e inclinação do encosto em infinitas posições, capacidade de carga de no mínimo 100kg.					



	LOTE II – MATERIA	AL PERMA	NENTE ELETRO	ELETRONICO	) (9 ITENS)	
SEQ.	DESCRIÇÃO	UNID.	REFERENCIA DE PREÇO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
001	Computador de mesa com Processador core I5 2120 3.3GHZ 3MB 1155 OEM ITEL; Memoria PCYES 8GB DDR PC — PM081600D3; PLACA MÃE INTEL H61ZG 10/100 SOCKET 1155 DDR3 DUEX COM adaptador conversor display prt para HDMI; HD SSD 250, 120GB AXIS 400-S101; Gabinete C3TECH MT-24VBK C/FONTE 200W 2; Monitor 17" LED HDMI; WEBCAM HD 720P WB-718BK C3T; com Mouse com sensor infravermelho a cabo HDMI e Teclado preto HDMI. Podendo ser aceito especificações superiores.com no mínimo 12 meses de garantia.	Unid.	Banco de Preços	60	R\$ 3.860,12	R\$ 231.607,20
002	DATA SHOW Altura: 8,2 cm, Largura: 30,2 cm, Comprimento: 23,7 cm, Peso: 2,4 Kg Modo de projeção: Frontal/Traseiro/Instalado no teto, Visor de LCD: 0,55 polegadas, Método de projeção: Matriz ativa TFT de polissilico, Número de pixels: 786.432(1024px x 768 px) x 3, Resolução nativa: XGA, Relação de aspecto: 04:03, Brilho em cores: 3.600 lúmens, Brilho em branco: 3.600 lúmens, Relação de contraste: Até 15.000:1, Reprodução de cores: Até 1.07 bilhão de cores Alto-falante: Monoaural 2W x 1, Ruído do ventilador: 28 dB/37 dBLente de projeção, Tipo: Zoom, óptico(Manual)/ Foco(Manual), Número-F: 1,44, Zoom: 1-1,35 (Zoom Digital), Distância focal: 16,7mm, Relação de alcance: 1,44-1,95, Tamanho da imagem:	Unid.	Banco de Preços	15	R\$ 3.919,41	R\$ 58.791,15

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL/PMC** Endereço: Rua Francisco Alves Gondim, s/ n°, Centro, Cantá-RR - CEP: 69.390-000 E-mail: <a href="mailto:cplcanta2124@gmail.com">cplcanta2124@gmail.com</a>



	2211 \ 25011 \ (2.27 \ 10.25 \ )			<u> </u>	T	<del>                                     </del>
	22" à 350" (0,87m-10,34m),					
	Distância de projeção para					
	imagem padrão 60": 1,76m,					
	Correção de Keystone: +/- 30					
	Graus a +/- 30graus, Quick					
	Conner: simEntrada de					
	computador: x 1 D-SUB 15 Pin /					
	HDMI x 1, USB: Tipo B (Para					
	atualização de Firmware) x					
	1Tensão da fonte de alimentação:					
	100 V à 240 V AC +/- 10%, 50hz/					
	60Hz, Tipo de fonte de					
	iluminação: Lâmpada 210 W UHE,					
	Vida útil da fonte de iluminação:					
	6.000 horas (normal)/ 12.000					
	horas (eco)Consumo de energia:					
	100 V - 120 V: 345 (normal) - 235					
	(Eco) / 220V - 240 V:327 (normal)					
	- 225 (Eco)Lâmpada de					
	substituição: V13H010L97, Filtro					
	de substituição: V13H134A32,					
	com 1 ano de garantia (9 meses					
	de garantia contratual junto ao					
	fabricante + 3 meses referentes à					
	garantia legal, nos termos do					
	artigo 26, II, do Código de Defesa					
	do Consumidor). Podendo ser					
	aceito especificações					
	superiores.com no mínimo 12					
	meses de garantia.					
	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL:					
	Velocidade da cpu (Processador):					
	800 MHz- Modo de Economia de					
	Toner- Capacidade de Saída do					
	Papel: 150 folhas- Funções de					
	Segurança: Active Directory,					
	Secure Function Lock, Bloqueio					
003	de Slot, Secure Print- Fonte de	اماما	Banco de	F0	DC 2 442 CC	D¢ 433 430 00
003	Alimentação: ca 110V 50 / 60Hz-	Unid.	Preços	50	R\$ 2.442,60	R\$ 122.130,00
	Certificação Energy Star- Tela lcd:					
	Touchscreen Colorido de					
	3.7"Impressão: - Padrão de					
	Impressão Duplex (Frente e					
	Verso)- Descrição de Duplex: Para					
	impressão e para					
	cópia/digitalização em uma única					
	copia/ digitalização etil utila utilica					



passagem- Resolução da Cópia			
(máxima em dpi): Até 1200 x 600			
dpi- Cópias Múltiplas- Acesso			
Remoto- Relatório de			
Atividades/Relatórios Periódicos-			
Funções Principais: Impressão,			
digitalização, cópia- Cópia Duplex			
(Frente e Verso)- Tempo de			
Impressão da Primeira Página:			
Menos de 8 segundos- Tempo da			
Primeira Impressão: Menos de 8			
segundos- Tecnologia de			
Impressão: Laser			
Eletrofotográfico- Memória			
Padrão: 512 mb- Velocidade			
Maxima em Preto (ppm): Até 42			
ppm (carta/A4)- Velocidade Máx.			
de Impressão em Preto (ppm):			
Até 42 ppm (carta/A4)- Resolução			
da Impressão (máxima em dpi):			
Até 1200 x 1200 dpi- Resolução			
(máxima) em dpi: Até 1200 x 1200			
dpi- Capacidade da Bandeja de			
Papel: 250 folhas- Capacidade de			
Entrada de Papel Padrão (folhas):			
Bandeja com capacidade até 250			
folhas- Capacidade de Papel na			
Bandeja Opcional (folhas): 2 x 520			
folhas- Bandeja Multiuso: 50			
folhas- Capacidade de Impressão			
Duplex (Frente e Verso)-			
Interfaces Padrão: Ethernet			
Gigabit, USB 2.0 de alta			
velocidade- Interface de Rede			
Embutida: Ethernet, USB 2.0 de			
alta velocidade- Compatibilidade			
•			
com o Driver de Impressora: Windows, Mac os, Linux-			
Emulações: PCL6, BR-Script3, ibm			
Proprinter, Epson fx, pdf versão			
1.7, xps Versão 1.0- Função de			
Impressão Segura- Ciclo de			
Trabalho Mensal Máx.: 50.000			
páginas- Volume Máximo de Ciclo			
Mensal: 50.000 páginas- Volume			
de Impressão Mensal			



Recomendado: Até 3.500			
páginas/mês- Aplicativo de			
Impressão para Dispositivos			
Móveis: AirPrint, Google Cloud			
Print 2.0, Brother iPrint & Scan,			
Mopria, Cortado Workplace			
Cópia: - Resolução de Cópia			
(máxima): Até 1200 x 600 dpi-			
Copia sem uso do pc- Capacidade			
Máx. do Alimentador Automático			
de Documentos (adf): 70 folhas-			
Velocidade da Cópia em Preto:			
•			
Até 42 cpm (carta/A4)- Ampliação			
/ Redução: Redução/Ampliação			
25 - 400% em incrementos de 1%-			
Redução/Ampliação: 25% 400%-			
Função de Cópias Ordenadas-			
Agrupamento de Cópias (2 em 1):			
Ordenadas, N em 1- Tamanho do			
Vidro de Documentos: Ofício-			
Cópia Duplex (Frente e Verso)-			
Cópias de id (Documentos de			
Identidade) Digitalização: - adf-			
Drivers de digitalização incluídos:			
twain, wia, ica, isis, sane-			
Resolução de Digitalização			
Interpolada (dpi): até 19200 x			
19200 dpi- Resolução de			
Digitalização Óptica (dpi): até			
1200 x 1200 dpi (do vidro de			
documentos)- Formatos			
(Exportação): jpeg, pdf Single-			
page/Multi-page (pdf seguro, pdf			
pesquisável, pdf/a), tiff Single-			
page/Multi-page, txt, bmp, docx,			
xml, pptx, xps, png- Função			
Digitalização para: Arquivo,			
Imagem, E-mail, ocr, ftp, Servidor			
ssh (sftp), usb, SharePoint,			
Nuvem (Web Connect), Servidor			
de E-mai1, Pasta de Rede (cifs),			
Fácil Digitalização para E-mail-			
Digitaliza para: E-mail, Imagem,			
ocr, Arquivo, ftp, usb, Pasta de			
Rede (cifs - somente Windows),			
Servidor de E-mail, SharePoint,			



	Servidor ssh (sftp), Nuvem					
	(Conexão da Web), Digitalização					
	Fácil para E-mail- Digitalização					
	Duplex (Frente e Verso)Manuseio					
	do Papel: - Tamanhos do Papel:					
	Até 21,6 x 35.6 cm (Ofício), com					
	1 ano de garantia (9 meses de					
	garantia contratual junto ao					
	fabricante + 3 meses referentes à					
	garantia legal, nos termos do					
	artigo 26, II, do Código de Defesa					
	do Consumidor).					
	NOTEBOOK - TIPO 1 -					
	ESPECIFICAÇÕES					
	TÉCNICAS: Processador: - Intel®					
	Core™ i5-1135G7 (2.4GHzaté					
	4.2GHz, cache de 8MB, quad-					
	core, 11º geração) ou superior;					
	Sistema Operacional: -Windows					
	10					
	Pro Single Language, de 64 bits -					
	Português (Brasil); Vídeo: - Placa					
	de vídeo integrada Intel® Iris® Xe					
	com memória gráfica;					
	compartilhada; Tela: - Tela HD de					
	15.6" (1366 x 768),					
	retroiluminada por LED, borda					
	fina e com antirreflexo;					
	Memória RAM; - Memória de 4GB		Banco de			
004	(1x4GB), DDR4, 2666MHz;	Unid.	Preços	250	R\$ 6.023,67	R\$ 1.505.917,50
	Expansívelaté 16GB (2 slots		Fieços			
	soDIMM, 1 slot livre);					
	Armazenamento: - SSD de 256GB					
	PCIe NVMe M.2;					
	Wireless: - Placa de rede					
	802.11ac, WiFi 1x1 e Bluetooth; -					
	Placa de rede Gigabit Ethernet					
	RJ45 10/100/1000; Portas e slots:					
	- 02x USB 3.2 Type-A de 1ª					
	geração;					
	- Entrada de áudio combinado; -					
	Slots de cartão de memória; - 01x					
	VGA (Vídeo); - 01x HDMI 1.4					
	(Vídeo); - Slot de segurança					
	Wedge; Criptografia de Dados: -					
	Tecnologia TPM 2.0 (Trusted					



	T		T		1	
	Platform Module 2.0); Teclado: - Teclado padrão em Português (padrão ABNT2); Bateria: Bateria					
	de 3 células e 42 Wh (integrada);					
	Serviços de Suporte: - Garantia					
	On-Site de 1 Ano (assistência					
	básica no local)					
005	HD externo com capacidade de 500G ou superior, fabricado predominantemente em plástico, com duas saídas via conexão USB, sendo uma 2.0 e outra 3.0, na cor preto, velocidade de transferência de dados 4,8GB/S ou superior, sua embalagem deve conter cabo de conexão USB, HD externo e manual de guia rápido, com 1 ano de garantia (9 meses de garantia contratual junto ao fabricante + 3 meses referentes à garantia legal, nos termos do	Unid.	Banco de Preços	20	R\$ 444,10	R\$ 8.882,00
	artigo 26, II, do Código de Defesa do Consumidor).					
006	Pen driver com capacidade mínima de armazenamento de 32g, com entrada usb 2.0, feito em material plástico, com 1 ano de garantia (9 meses de garantia contratual junto ao fabricante + 3 meses referentes à garantia legal, nos termos do artigo 26, II, do Código de Defesa do Consumidor)	Unid.	Banco de Preços	100	R\$ 57,45	R\$ 5.745,00
007	Adaptador wireless usb 2.0, com velocidade mínima de 300 mb/s ou superior frequência de operação de 2.4GHz, com antena externa, na cor preta. Deve acompanhar manual de instalação.	Unid.	Banco de Preços	100	R\$ 168,34	R\$ 16.834,00
008	MICROFONE SEM FIO DUPLO. Especificações Técnicas do Microfone: - Frequência de trabalho: de 660 a 675 MHz (Frequências homologadas pela Anatel) Estabilidade de frequência: -	Unid.	Banco de Preços	10	R\$ 855,20	R\$ 8.552,00



	0.00059/			1		1
	0,0005%					
	- Modulação: 4-DQPSK					
	- Alimentação: 3 V duas pilhas AA					
	- Antena: Interna					
	- Padrão Polar: Cardióide					
	- Sampling ratio: 48 Kz					
	- Cápsula: Dinâmica					
	Especificações Técnicas do					
	Receptor:					
	- Frequência de trabalho em UHF					
	de 660 a 675 Mhz (Frequências					
	homologadas pela Anatel).					
	- Receptor Super-Heterodino					
	- Resposta de frequência 30 a 20					
	khz+-3db					
	- Estabilidade de frequência <					
	0,1%					
	- Distorção harmônica > 05%					
	(1khz)					
	- Relação sinal/ruído:> 96					
	dBT.H.D.:<0.5%@1kHz					
	- Sensibilidade: -94db					
	- Rejeição de imagem > 90 db					
	- Alimentação externa USB 5V					
	- Antena: Cabo P2/P10					
	Caixa acústica - Caixa Acústica					
	Potência: 150 W,					
	Tamanho Alto-Falante: 15 POL,					
	Tipo Tweeter: Titânio,					
	Largura: 570 MM,					
	Altura: 790 MM,					
	Profundidade: 267 MM,		Damas da			
009	Características Adicionais: 4	Unid.	Banco de	30	R\$ 2.621,22	R\$ 78.636,60
	Canais De Entrada Com Controles		Preços			
	De Volume,					
	Aplicação: Propagação Som,					
	Voltagem: 110/220 V,					
	Tipo: Amplificada com suporte					
	tripé em alumínio, com altura					
	regulável, de no mínimo 1,5					
	metros de altura.	D TOTA!	OTF II			DĆ 2 027 005 45
	VALC	R TOTAL I	LOTE II			R\$ 2.037.095,45



PREFEITURA DE	
Canta	
M CRABALHANDO PARA O BEM DE TODOS	

	LOTE III – MATERIAL P	ERMAN	NENTE COPA	E COZINHA	(9 ITENS)	
Seq.	Descrição	Unid.	Referência de Preço	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
001	Armário copa,cozinha, material: aço, tipo: paneleiro, acabamento superficial: pintura epóxi, cor: branca, quantidade mínima portas: 6 un, quantidade prateleiras: 3 un, largura: 0,80 m, profundidade: 0,30 m,altura: 1,94 m, características adicionais: puxadores cor prata, pés cromados, pintura antifer. Cor branco.	Unid.	Banco de Preços	50	R\$ 1.409,08	R\$ 70.454,00
002	MESA PLÁSTICA, MATERIAL:PLÁSTICO, FORMATO:QUADRADO, COR:BRANCA, COMPRIMENTO APROXIMADO :70 CM, LARGURA:70 CM, ALTURA:72 CM; COR BRANCO;	Unid.	Banco de Preços	100	R\$ 131,80	R\$ 13.180,00
003	Cadeira Empilhável Material Estrutura: Polipropileno, Cor: BRANCA, Material Assento/Encosto: Polipropileno, Características Adicionais: SEM Braço, Acabamento Superficial: Pintura Epóxi, medidas aproximadas: 83 CM altura, Largura: 53 CM, Profundidade: 40 Cm.	Unid.	Banco de Preços	400	R\$ 59,78	R\$ 23.912,00
004	Batedeira planetária 04 a 05 litros, tipo doméstica, potência mínima de 600 w, base com pés antiderrapantes, batedores para massas leves e pesadas em alumínio, 110 v.	Unid.	Banco de Preços	40	R\$ 352,00	R\$ 14.080,00
005	Forno Microondas Material: Aço Inoxidável , Capacidade mínima: 31 L, Potência: 1.000 W, Voltagem: bivolt ou 110w.	Unid.	Banco de Preços	40	R\$ 724,31	R\$ 28.972,40
006	BALCÃO (buffet) DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, com as características mínimas: Balcão (Buffet) térmico Self Service, para distribuição de alimentos aquecido; Estrutura tubular confeccionada totalmente em aço inoxidável AISI 304; Montado sobre Gabinete neutro com 02 (duas) portas e prateleiras lisas, em aço inoxidável escovado; Capacidade minima para	Unid.	Banco de Preços	15	R\$ 4.842,43	R\$ 72.636,45

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL/PMC** Endereço: Rua Francisco Alves Gondim, s/ n°, Centro, Cantá-RR - CEP: 69.390-000 E-mail: <a href="mailto:cplcanta2124@gmail.com">cplcanta2124@gmail.com</a>



	08(oito) cubas quentes, em aço inox, padrão (GN's) - gastronorms, com tampa e alça; Porta pratos e/ou bandeja na lateral, em aço inoxidável tubular escovado; Protetor salivar em vidro temperado de 8mm; Sistema de aquecimento tipo banho maria através de resistência elétrica; Controle de temperatura por termostato e lâmpada piloto; Ajuste de temperatura de trabalho entre 20°C à 120°C; Isolamento em poliuretano injetável, Válvula para drenagem de escoamento de liquido; Botão liga/desliga, Com rodízios giratórios em poliuretano de 3", com travas; Alimentação: 220 Volts / 60Hz.Exigências:Certificação do INMETRO e Norma que rege a ABNT, ou declaração de isenção.Garantia do fabricante, no mínimo 12(doze) meses.					
007	Armário Copa/Cozinha Material: Aço , Tipo: Gabinete Gaveteiro , Acabamento Superficial: Pintura Epóxi , Cor: Branca , Quantidade Portas: 6 UM 3 gavetas, Quantidade Prateleiras: 2 UN, Largura aproximadamente: 1,20 M, Profundidade: 0,47 M, Altura: 0,87 M, Características Adicionais: Puxadores Cor Prata, Pés Cromados, Pintura Antife , COR branca e preta.	Unid.	Banco de Preços	50	R\$ 1.466,85	R\$ 73.342,50
008	Armário de aço; aéreo; tipo cozinha; 3 portas com puxadores tipo alça; 1 prateleira; confeccionado em chapa de aço; com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática na cor branca; possui parafusos e buchas para fixação na parede; medidas aproximadas (AxLxP) 550 x 120 x 270mm. As medidas poderão variar em até 5%, desde que mantidas as quantidades de portas e prateleira. Cor branco.		Banco de Preços	50	R\$ 518,22	R\$ 25.911,00
009	REFRIGERADOR DOMESTICO – Refrigerador doméstico, do tipo geladeira "frost free". Parte	Unid.	Banco de Preços	40	R\$ 3.407,98	R\$ 136.319,20



VALOR TOTA	AL LOTE IV	R\$ 458.807,55
segurança do trabalho. Cor: Branca		
garantia do conforto acústico dos usuários, conforme normas de		
apenas 110V. Cor branca. Nível de ruído máximo de até 65 decibéis para		
Classificação energética "A". Com alimentação Bivolt (110v/220v) ou		
nivelamento do equipamento.		
prateleiras internas removíveis para limpeza. Pés niveladores frontais para		
parte inferior. Congelador: com no mínimo 55 litros. Porta: contendo		
Gavetão de legumes transparente na		
03 prateleiras remanejáveis (regulagem de altura) e removíveis.		
Com iluminação interna. No mínimo		
refrigerada: com no mínimo 375 litros.		

Cantá-RR, 29 novembro de 2022

Elaborado por:

IGOR NASCIMENTO RODRIGUES
Assessor Técnico

De acordo:

KENNEDY LEITE DA SILVA Secretário Municipal de Educação Decreto № 197/2021



#### ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (OBJETO)

ATA	EITURA MUNIO DE REGISTRO D		NTÁ	/RR				
Educineste de funcipreg de emp ela(s edita	A) PREFEITURA ração, com sede e ato representa e ato representa e considerado e ato representa e como de 20 ional nº	e no(a), i ado(a) pelo(a 0, publicad , consi eletrônica, pa processo adn a(s) e qualifi na(s) quanti e as partes às gões, no D	na ci a) da no dera ara I ninis cada dade s nor ecre	dade de (cargo e no de Indo o julgo REGISTRO D trativo n.º . (s) nesta A e(s) cotada(s mas consta to n.º 7.89	, i ome de ame DE PI  TA, a totes	nscrito(a) no e), nomeado e de , nto da licita REÇOS nº , RESOLVE re de acordo c tendendo as na Lei nº 8.	c CNPJ/MF s (a) pela Port portador da ção na mod /20, pu egistrar os p om a classif condições p 666, de 21 d	ob o nº , aria nº a matrícula lalidade de ablicada no reços da(s) ficação por revistas no le junho de
edita	DO OBJETO A presente A , especificado al de Pregão nº osta vencedora	(s) no(s) iter /20.	n(ns	) do . , que é par	te in	Termo de Itegrante de	Referência	, anexo do
	DOS PREÇOS O preço regis emais condições	strado, as es s ofertadas n	peci a(s)	ficações do proposta(s)	obje são	eto, a quanti as que segu	em:	
Item	Fornecedor (ra	ızão social, C	NPJ/	/MF, endere	ço, ı	contatos, rep	oresentante)	
	Descrição/ Especificação	Marca exigida edital)	(se no	Modelo exigido no edital)	•	Unidade de Medida		alor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....
- 3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.



### ESTADO DE RORAIMA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO- CPL/PMGANAMORO PARAO EM DE LICITAÇÃO CONTROLOGICA DE LICITAÇÃO DE LICITAÇÃO CONTROLOGICA DE LICITAÇÃO CONTROLOGICA DE LICITAÇÃO DE

ltem nº	Órgãos Participantes

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

OU

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato.
- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a... (máximo cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao ................ (máximo dobro). do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 P).
- 4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.



4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### 5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)., não podendo ser prorrogada.

#### 6. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:



### ESTADO DE RORAIMA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO- CPL/PMGANALAGO PARAO DEN DE TODO

- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. a pedido do fornecedor.

#### 7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

#### 8. CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.
- 8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
- 8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... ( ) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.



## ESTADO DE RORAIMA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO- CPL/PMCAMALIMATO DE ADEL TOCOS

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)



## ESTADO DE RORAIMA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO- CPL/PMCAMALIAMO FAMOR FOCOS

#### **ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO**

TFRN	40		221	TO 4	
	/11 1	116	, , , , , ,	10/	

IERIVIC	DE CONTRATO							
TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS №/, QUE FAZEM ENTRE SI								
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E A EMPRESA								
		•••••						
		PAL DE CANTÁ - RE	-	-		-		
		⁄IF sob o nº						
		, na cida o o nº						
	• •	<i>e nome</i> ), nome			•			
		oublicada no <i>DOU</i>		-				
						=		
		inscrito(a) no CNPJ/						
		em						
		a) Sr.(a)						
	, expedida pe	la (o), e	CPF nº	!	, t	endo em	vista o que	
consta	no Processo nº		e em	observ	vância às di	sposiçõe	s da Lei nº	
	-	e 1993, da Lei nº 10			•			
	•	de 2013, do Decret						
-		EGES/MP nº 5, de			•			
=		itrato, decorrente d	_	-		_	o de Preços	
nº	/20, median	te as cláusulas e co	naiçoe	s a seg	guir enuncia	aas.		
1.	CLÁUSULA PRIM	IFIRA – OBIFTO						
		ente instrumento é	a con	tratac	ão de servi	cos conti	inuados de	
	•	disponibilização de		-		-		
exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência,								
anexo	do Edital.	-						
1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo,								
e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.								
1.3. Objeto da contratação:								
					PREÇO	PREÇO	PREÇO	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UND	QTD	UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL POR	
					(R\$)	(R\$)	EXTENSO	
TRANS	CREVER TODOS (	OS ITENS/LOTES DE	ACORE	00 001	Μ Δ ΡΙΔΝΙΙΙ	HA CONS	TANTE DO	

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 00.000,00 (valor total por extenso)





#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ........../................ e encerramento em ........./............., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. Nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos e/ou eliminados como condição para a renovação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ...... (....), perfazendo o valor total de R\$ ...... (....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/	U	Inic	lac	le:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:



## ESTADO DE RORAIMA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO- CPL/PMGARALARAGO FRANCO F

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

#### CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- 11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;





- 11.4.3. Indenizações e multas.
- 11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).
- 11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017). 11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:
- 11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- 11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
- 11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.



#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES **13.**

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO **15.**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO 16.

16.1. É eleito o Foro da Comarca de ...... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos

contraentes e por d			
		., de	de 20
	Representante le	egal da CONTRATANTE	
	representante n	28a. aa 23.11.11.11.11.12	
	Renresentante l	egal da CONTRATADA	
	Representante i	cgai da CONTICATADA	
ESTEMUNHAS:			

2-



#### ANEXO IV - INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

1 – DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: NOME FANTASIA:

CNPJ:

**ENDEREÇO:** 

**BAIRRO: CIDADE: EST.:** 

CEP: TEL (XX) FAX (XX)E-MAIL:

BANCO: AGÊNCIA: C/C: NOME P/CONTATO:

#### 2 – ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

QUALIFICAÇÃO: (nacionalidade, naturalidade, profissão, estado civil, endereço

residencial, n° do documento de identidade, n° do CPF)
Na qualidade de: (Representante legal ou procurador)

#### **OBSERVAÇÕES:**

**Tratando-se de representante legal** será observado o ESTATUTO SOCIAL, contratosocial ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrênciade tal investidura, constante dos documentos de habilitação já existentes no processo;

Tratando-se de procurador, o instrumento de PROCURAÇÃO pública ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes para formalização do contrato, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, se o mesmo não estiver constando do processo.



## ESTADO DE RORAIMA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO- CPL/PMCAMALIMADO FAMO EM DE TOCTO

### ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)
A empresa
Ademais, declara que:  ( ) <b>SIM</b> , está apta e tem interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nosartigos 42 ao 49 da referida Lei.  ( ) <b>NÃO</b> , não tem interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos42 ao 49 da referida Lei, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequenciporte.
Cidade/UF, de de 2022
Assinatura Identificável do Representante Legal de empresa

OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada APENAS por Microempresas (ME)e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).



#### ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: XXX/2022 - PMC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: XX/2022

ABERTURA DIA: / /2022

**HORÁRIO:** 

#### **IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:**

Nome Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:	Optante pelo SIMPLES? (Sim/I	Não)				
Endereço completo:						
Telefone:						
E-mail:						
Banco:	Nº da agência bancária:	Conta n.º				
	Nome:					
Dados do Representante	Dados do Representante Endereço:					
Legal	E-mail:	RG:				
	Telefone:	CPF:				

						PREÇO	PREÇO	PREÇO TOTAL POR
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UND	QTD	UNITÁRIO	TOTAL	EXTENSO
						(R\$)	(R\$)	

TRANSCREVER TODOS OS ITENS DOS GRUPOS DE ACORDO COM A PLANILHA CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 00.000,00 (valor total por extenso)

#### **DECLARAMOS**,

- 1. O preenchimento das seguintes informações: descrição detalhada do objeto.
- 2. O prazo de validade **MÍNIMO** da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua apresentação e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.



- **3.** Nos preços fornecidos consideram-se incluídas todas as despesas, inclusive as de escritório, expediente, fretes, descargas, seguros, fornecimento de mão-deobra, prestação de garantia de fábrica e assistência técnica, materiais, máquinas e equipamentos necessários, tributos, encargos de leis sociais, e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias não especificadas neste edital, relativas ao objeto desta licitação, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **4.** Temos capacidade técnico-operacional para prestar o fornecimento dos produtos/serviços para os quais apresentamos nossa proposta.

Declaramos ainda estarmos de acordo e cientes com todas as exigências estipuladas no edital.

	Cidade/UF,	de	de 2022.
 Δssinatura Identificável do I	Renresentante L	 egal de empresa	1